

Conselho Gestor do Grupo Hospitalar Conceição: como os atores percebem este espaço e sua ação

Autora: Marta Regina D'Ávila Marques

O presente trabalho foi desenvolvido no transcorrer do curso de extensão universitária intitulado de Formação de Facilitadores em Educação Permanente em Saúde, uma parceria entre o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que iniciou no segundo semestre de 2008 e foi concluído no segundo semestre de 2009.

O objetivo central dessa investigação foi à busca do entendimento dos membros do Conselho Gestor do GHC sobre as atividades que são desenvolvidas nesse espaço para responder as tarefas do curso em questão, levando em consideração ser este um espaço singular, caracterizado pela participação, exercício da cidadania e luta por garantia e defesa de direitos, composto por usuários, gestores e trabalhadores eleitos entre seus pares, em assembleias que legitimam tal representação.

A participação social na saúde é uma das maneiras de se efetivar a democracia, por meio da inclusão de novos sujeitos sociais nos processos de gestão do SUS, como participantes ativos em debates, formulações e fiscalização das políticas desenvolvidas pela saúde pública brasileira, lhes conferindo legitimidade e transparência. Esta participação se dá por meio dos conselhos de saúde em seus diversos níveis (locais, distritais, municipais, estaduais e nacional).

Os Conselhos somente adquirem força quando existe participação de indivíduos comprometidos e com conhecimento dos assuntos pertinentes a área da saúde. Quando os mesmos estão capacitados, buscam subsídios para cumprir tarefas complexas como intervir em ações impositivas dos gestores em qualquer âmbito.

O Conselho Gestor do GHC é um espaço democrático, permanente e deliberativo, de participação dos usuários, profissionais de saúde e governo, que, cotidianamente planejam, controlam, fiscalizam e avaliam a execução das ações e serviços implementados no Grupo Hospitalar Conceição, obedecendo aos princípios do SUS de integralidade, gratuidade, equidade e universalidade.

O SUS é criado com a finalidade de alterar as desigualdades na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento a qualquer cidadão. Através deste Sistema, todos têm direito a consultas, exames, internações e tratamento nas unidades de saúde vinculadas ao SUS, sejam públicas ou privadas, contratadas pelo gestor público de saúde.

A metodologia adotada foi a de entrevistas semi-estruturadas e observação aplicada por uma pessoa com isenção sobre a diretiva da organização. A amostra foi composta por 16 conselheiros que desejaram responder a pesquisa de um universo de 28 pessoas que compõe esse colegiado. Sendo que 11 dos respondentes eram representantes do segmento usuário, 4 eram representantes dos trabalhadores e 1 representante dos gestores.

Foram considerados os pressupostos legais como a Constituição Federal, a Lei 8.080/90, a Lei 8.142/90 e a Resolução 333/03 Conselho Nacional de Saúde e como referenciais de teóricos Ricardo Burg Ceccim para a abordagem de Educação em Saúde, Maria Valéria Costa Correia sobre Controle Social, Ana Rojas Acosta sobre redes e políticas sociais, e Ana Maria de Vasconcelos sobre a Prática do Serviço Social, entre outros.

Após a análise dos dados foi verificado que os respondentes compreendem o impacto das suas atividades dentro do próprio conselho, dentro do Grupo Hospitalar Conceição e da organização do sistema de saúde bem como o seu reflexo nas comunidades o que reforça o empoderamento das pessoas sobre os mecanismos de garantia de direitos.

Os dados levantados deixam claro o nível de governabilidade que o conselho gestor apresenta dentro da organização, ou seja, quais atividades são desenvolvidas apenas por ele e quais dependem de outros atores para atingir metas do conselho e da gestão. Também, apresentou a dimensão de pertencimento que os membros possuem do espaço deliberativo que tem por objetivo atuar e apoiar na elaboração do planejamento, acompanhamento, avaliação, fiscalização e controle na execução das políticas e ações de saúde, em sua área de abrangência, no caso, o Grupo Hospitalar Conceição.

Muitos têm histórico de longa data em participação de movimentos comunitários, não tem formação universitária ou técnica na área da saúde, o conhecimento vem da vivência, do exercício diário em suas comunidades na busca de melhorias, na ânsia de suprir necessidades, na vontade de entender como tudo acontece, onde e quando deixa de acontecer, por que deixa de acontecer, e quem faz acontecer.

Uma questão relevante, o protagonismo, este processo de ser autor da própria história pressupõe também a sensação de pertencimento com relação ao grupo de trabalho que deve inibir o individualismo gerador de disputas, de poder e descaso para com o que é de todos.

Dos atores que compõe o Conselho Gestor, o usuário é o mais presente, o mais envolvido e por este motivo o que tem mais poder nas decisões, quem mais propõe alianças, quem amplia e valoriza a participação, este poder também vem da capacidade de perceber os estrangulamentos e os nós no sistema, de apontar soluções, o que para gestores e profissionais, dependendo do envolvimento, fica próximo ao impossível.

São muitos os desafios, é necessário ampliar a participação de usuários e trabalhadores, alterar conceitos sobre os espaços de controle social onde os segmentos como parceiros desta construção devem se perceber como iguais enquanto cidadãos, portanto financiadores das Políticas Públicas, responsáveis pela sua materialização, parceiro na modelagem do SUS que se quer.

A participação é uma construção coletiva onde é preciso saber escutar o outro, ter consciência do significado de bem público, do papel do Estado e da ampla representação do conjunto da sociedade, por isto é tão importante a autonomia e o conhecimento.

O trabalho coletou, ainda, a compreensão sobre o conceito de saúde e de doença, e mais uma vez fica claro a consciência dos membros do conselho sobre os temas referentes ao Sistema Único de Saúde, implicações, fragilidades e forças.

Além do entendimento destes conceitos, era necessário expor o significado que o termo Integralidade tem para o Conselho Gestor. Integralidade é ver a pessoa como um todo, que faz parte de uma sociedade, é ser atendido de acordo com a sua individualidade, suas necessidades, não esquecendo de olhar para o ambiente em que está inserido, tendo por meta a qualidade e efetividade das ações.

Integralidade é muito mais que um simples conceito, é uma maneira diferente de se praticar saúde, com respeito aos parceiros, objetivando uma assistência de qualidade. Para tal é imprescindível que as funções sejam exercidas por pessoas qualificadas que acumulem além do conhecimento teórico-técnico uma visão geral do grupo e compartilhem os mesmos interesses com relação ao SUS, realizando ações que evidenciem a importância deste sistema, busquem atingir seus princípios, entendam que a saúde é direito de todos,

que a política de saúde beneficia a todos os brasileiros, independente de posição social, financeira ou ideológica.

A integralidade, enquanto princípio da política do SUS, traz como conceito de saúde um processo que vai além do fator biológico, tem a ver com a história do indivíduo, os ambientes onde está inserido, sua condição de vida e de trabalho, propondo ações de promoção e prevenção em saúde, onde a Educação Permanente em Saúde contribui para reflexão sobre as relações entre os profissionais da área, entre estes e os usuários, na tentativa de rever suas práticas, limites, atribuições e competências levando em conta que suas ações estão direcionadas a materialização da saúde como direito de cidadão.

Para trabalhar na área o saber acadêmico é indispensável assim como o conhecimento popular, esta parceria pode trazer bons resultados, pois expressa respeito, comprometimento e a idéia de que não existe certo ou errado, porém maneiras diferentes de ver e fazer as coisas.

A aliança entre gestores, trabalhadores e usuários, com o devido respeito às diferentes verdades enquanto forças não antagônicas, pode resultar no SUS que se quer. Para tal é importante pensar em espaços que efetivem a participação dos segmentos, espaços que se caracterizam pela expressão de idéias e reflexão, como estratégia para transformação, “defendendo o diálogo como alternativa de redução da desigualdade”, apostando em processos capazes de construir cidadãos.

Em todas as respostas coletadas nos instrumentos aplicados, observamos o conhecimento, disponibilidade, articulação, transparência como valores presentes neste espaço rico em aprendizagens, em trocas de saberes, em contradições. Espaço onde não existe o certo ou errado, mas maneiras diferentes de acreditar e ver as coisas, os conflitos e imperfeições que ocorrem no processo fazem parte da democracia, do exercício da participação e da busca pela garantia dos direitos, o que não diminui seu valor, pelo contrário, fortalece e enriquece este espaço.

A pesquisa sugere como futuros trabalhos o aprofundamento sobre questões como a constituição histórica dos conselhos gestores, a contribuição deles na definição de políticas para a saúde, o aprimoramento da cidadania e o fortalecimento de espaços democráticos, entre outros devido à riqueza e dinamismo próprios dos conselhos gestores.

Palavras-chave: Conselhos de saúde. Participação comunitária. Conselho gestor.